



INSTITUIÇÃO DE ENSINO LABORO

PÓS GRADUAÇÃO EM SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

ANA LÍDIA NOGUEIRA DOS SANTOS

**A PSICOLOGIA NA SAÚDE PÚBLICA: AS INTERFACES DA PSICOLOGIA E
UMA ANÁLISE ACERCA DOS IMPASSES EXISTENTES ENTRE A FORMAÇÃO E
ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

São Luís

2016



ANA LÍDIA NOGUEIRA DOS SANTOS

**A PSICOLOGIA NA SAÚDE PÚBLICA: AS INTERFACES DA PSICOLOGIA E
UMA ANÁLISE ACERCA DOS IMPASSES EXISTENTES ENTRE A FORMAÇÃO E
ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

Artigo apresentado ao Curso de Pós graduação em
Saúde Mental e Atenção Psicossocial (T-14), para
obtenção do grau de pós graduada em Saúde mental.

São Luís

2016

ANA LÍDIA NOGUEIRA DOS SANTOS

**A PSICOLOGIA NA SAÚDE PÚBLICA: AS INTERFACES DA PSICOLOGIA E
UMA ANÁLISE ACERCA DOS IMPASSES EXISTENTES ENTRE A FORMAÇÃO E
ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

Artigo apresentado ao Curso de Pós-graduação de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, como requisito para obtenção do grau de pós graduada em Saúde Mental.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

1º Examinador

2º Examinador

A PSICOLOGIA NA SAÚDE PÚBLICA: AS INTERFACES DA PSICOLOGIA E UMA ANÁLISE ACERCA DOS IMPASSES EXISTENTES ENTRE A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Ana Lúcia Nogueira dos Santos¹

RESUMO- Este trabalho objetiva desenvolver uma reflexão crítica em torno da formação do psicólogo e o seu preparo para atuar na Saúde Pública, assim como discorrer sobre os fatores que se configuram como desafios a serem superados tanto pelos profissionais quanto pelas instituições de ensino que adotam um modelo de atuação que não alcança a demanda social, perpassando sobre uma prática fragmentada, elitista e individualista, afetando o compromisso social do psicólogo e sua relevância no contexto público. Nesse sentido, pretende-se discutir a problemática supracitada mais especificamente em torno dos impasses existentes entre a formação e atuação do psicólogo e do compromisso social atualmente ambicionado pela categoria.

Palavras-chave: Formação em Psicologia, saúde pública, compromisso social.

ABSTRACT- This work aims to develop a critical reflection on the training of psychologists and their preparation to work in Public Health, as well as discuss the factors that stand as challenges to be overcome both by professionals and by educational institutions that adopt a model of action that does not reach the social demand, passing over a fragmented practice, elitist and individualistic, affecting the social commitment of psychologists and their relevance in the public context. In this sense, we intend to discuss the problem above more specifically around the impasses between the training and practice of psychologists and social commitment currently chosen in the category.

Keywords: Training in psychology, public health, social commitment.

¹Formada em Psicologia e em formação da Pós graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

INTRODUÇÃO

A profissão de psicólogo que há um pouco mais de 50 anos de sua regulamentação serviu predominantemente a elite, passou a ser pressionada pelos serviços daqueles que possuem menor poder aquisitivo, considerando-se que estes compõem a clientela dos serviços públicos de saúde e o psicólogo como integrante dessa equipe atuante dos espaços públicos passou a ser chamado a redimensionar suas práticas e romper com o modelo clínico de consultório para assumir um papel transformador. Para Boarini (2007) “é importante que o psicólogo esteja preparado para atender toda e qualquer demanda, tais como: demanda escolar, grupos específicos para cada queixa, etc., assumindo plenamente as conseqüências ético-políticas de sua atuação.” Com base em suas pesquisas, a autora ressalta que vários segmentos sociais e profissionais passaram a problematizar essa condição e tornaram-se alvo de pesquisas e revisões, com proeminência os setores universitários, que passaram a analisar enfaticamente o contexto social da clínica e compromisso social da Psicologia no contexto atual.

Autores como Bock (2003), Dimenstein (2000) e Yamamoto (2012) buscaram estudar a respeito dos impasses existentes entre a formação e a atuação dos psicólogos que atuam na Saúde Pública, dentre esses, Neto (2010), para quem os contrastes existentes na atuação do psicólogo são gerados da junção de alguns fatores, dentre eles: a) a tradição da formação em Psicologia no país, enraizada em um modelo clássico de clínica, liberal, privada e individual, ou seja, um modelo fundamentado na clínica médica e b) a inserção dos profissionais na rede pública na saúde mental, que conseqüentemente propiciou uma identidade clássica e menos inventiva do psicólogo.

Outros autores que merecem destaque acerca do tema abordado são Paulin e Luzio (2009), que concluíram que o processo de formação do psicólogo exerce grande influência nas dificuldades deparadas por aqueles que atuam na Saúde Pública, dentre essas, destaca a dificuldade que esse profissional possui para trabalhar em equipes, pois a clínica aprendida e enfatizada nos cursos universitários ainda consiste numa clínica individual, portanto, cabe ao psicólogo reavaliá-la criticamente seu modelo de atuação e redimensionar sua ação no campo da assistência pública. Os autores ressaltam que “...o psicólogo deve ousar e inventar, fazer e refazer ao invés de reproduzir um modelo de atuação, ou seja, deve inventar novas práticas,

produzir novos conhecimentos e fundar outra clínica, voltada para as demandas da comunidade e à produção da subjetividade”. (Paulin e Luzio, 2009).

Uma autora que merece destaque é Dimenstein (2001), que realizou estudos e pesquisas, para explorar a temática a respeito do compromisso social do psicólogo no contexto da saúde coletiva tendo como campo de pesquisa a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual, buscou compreender e identificar vetores que influenciam na identidade profissional do psicólogo e a influência das instituições de ensino para essa atuação, a autora defende que os profissionais da Psicologia necessitam incorporar uma nova concepção de prática profissional em sintonia com o processo de cidadania. (Dimenstein, 2001). Ela ressalta que o modelo clínico da psicoterapia ainda é prevalente entre os profissionais que atuam no serviço público, tanto pelo desejo da clientela quanto da instituição, a mesma concluiu que ser “comprometido” para os psicólogos que serviram de fonte para sua pesquisa, limitava-se ao cumprimento de ações, fortalecendo o modelo de identidade clássico da categoria, deste modo, partindo dos resultados obtidos, a autora incentiva uma reflexão crítica do ideário recomendado pelos cursos de formação assim como da própria consistência da postura profissional do psicólogo no espaço público.

A realidade social, assim como os novos cenários de atuação que o profissional de Psicologia tem alcançado, exige do mesmo uma reformulação de suas práticas, assim como o rompimento de práticas etnocêntricas e patologizantes, deste modo, para uma nova análise da identidade profissional do psicólogo faz-se necessário e de fundamental importância uma releitura e reflexão a respeito de sua formação e os modelos teóricos que fundamentam sua atuação. Portanto, cabe o seguinte questionamento: Os cursos de formação acadêmica assim como as especializações realmente preparam o profissional de Psicologia para uma atuação com base em modelos de intervenção que se façam para além dos enquadres clássicos da clínica?

O referente trabalho tem como objetivo geral: analisar o processo de formação e especialização acadêmica do psicólogo para sua atuação no sistema de público de saúde e como objetivos específicos: discutir sobre o modelo prevalente de formação nos cursos de graduação que privilegiam a clínica privada e os fatores que geram ações profissionais que tendem a reforçar um modelo de identidade do profissional clássico centrado no atendimento individual em detrimento de uma atuação mais inventiva no campo da saúde, incentivar a reflexão sobre os impasses ainda existentes entre a formação e a atuação do psicólogo e descrever sobre o lugar da Psicologia e de suas práticas no campo da assistência pública à

saúde e seus desdobramentos em torno do compromisso social atualmente almejado pela categoria.

Este estudo de cunho bibliográfico contribui para a ampliação do conhecimento e reflexão crítica sobre a formação do psicólogo, promovendo um espaço de trocas de informações e discussões entre profissionais atuantes da saúde pública assim como, profissionais da área que precisam lidar no dia a dia com entraves enraizados na gênese da Psicologia, dicotomias que se arrastam até os dias atuais, que comprometem o seu compromisso social e sua performance profissional no âmbito da Saúde Pública e também uma reavaliação curricular por parte das instituições de ensino, responsáveis por fornecer propostas pedagógicas que podem tanto perpetuar um modelo hegemônico de atuação, como podem oferecer ferramentas teóricas que possibilitem uma atuação contextualizada e compromissada com a realidade social.

O referente estudo possibilita que a sociedade tenha mais familiaridade a respeito do papel do psicólogo no contexto público e do seu compromisso, assim como o reconhecimento de sua importância nesse âmbito, lugar esse que foi conquistado gradativamente pela categoria, embora muitas vezes ainda deixem muito a desejar com relação ao seu desempenho profissional, perpassando uma atuação fragmentada e simplista, reproduzindo um modelo clínico e elitista para outros âmbitos de atuação.

O interesse ao respectivo estudo foi despertado durante a formação na área de Psicologia, em que a partir de estudos e discussões em sala, o incômodo instaurou-se, a partir de questões que permitiram repensar o modelo de atuação que até o presente momento mostrava-se eminentemente médico e elitista, aumentando durante a pós-graduação em Saúde Mental, no qual, pude confrontar efetivamente a teoria com a prática, com a minha atuação já profissional no SUS, no qual, já desempenhava um papel de transformadora social e não mais apenas telespectadora deste Sistema. O interesse conduziu ao seguinte questionamento: o interesse na formação em Psicologia é com o objetivo de poder levá-la para somente uma parcela da população ou para a população em geral? E qual o suporte teórico e técnico que se possui para em breve constituir uma equipe atuante em contextos públicos? Logo, o espírito crítico foi despertado e pôde-se analisar de forma crítica a atuação de alguns profissionais e instituições de ensino que se engessaram num modelo clínico elitizado e reproduzem técnicas de intervenção desvinculadas com a realidade social.

O respectivo trabalho trata-se de um artigo cuja metodologia reveste-se de uma revisão bibliográfica e apresenta a temática sob 3 tópicos, sendo esses: 1) A psicologia e as suas áreas de atuação, no qual sucintamente faz-se um levantamento histórico da Psicologia enquanto ciência e profissão, suas áreas de atuação, os modelos de atuação adotados pelos profissionais da área e o compromisso social consolidado em suas práticas. Logo em seguida, 2) A formação do psicólogo à luz dos projetos político-pedagógicos, no qual discorre-se sobre o início do ensino e formação em Psicologia em território nacional, a primeira universidade a oferecer o curso no país, o momento histórico da regulamentação da profissão, o desenvolvimento de sua trajetória, a consolidação do Conselho Federal, a efetivação dos Conselhos Regionais, assim como, a criação e instituição do Código de Ética, que rege o exercício profissional do psicólogo. E por fim, o 3) Psicologia e Atenção Básica de Saúde: Quem é este psicólogo? Onde se discorre sobre a inserção da Psicologia nos serviços públicos de saúde, que fatores favoreceram para essa ampliação do campo de atuação, qual a necessidade que esses espaços perceberam dos serviços psicológicos para inseri-los em suas equipes, tece-se uma análise crítica sobre a atuação profissional do psicólogo no âmbito público e levanta-se uma reflexão crítica sobre o seu processo de formação, que na sua maioria, perpetua um modelo hegemônico de atuação.

Portanto, o respectivo trabalho se baseará em estudos e pesquisas fundamentadas teoricamente que servirão de embasamento para uma reflexão crítica a respeito dos descompassos existentes entre a formação e atuação do psicólogo, principalmente àqueles que exercem sua profissão na rede pública e diariamente são confrontados com demandas que não estão preparados e nem habituados a trabalhar

METODOLOGIA

O estudo em tela é bibliográfico, cujas fontes foram: livros, revistas científicas, teses, relatórios de pesquisas entre outros, considerando-se os últimos 16 anos (1997 a 2013). No qual, foram selecionados trabalhos especificamente relacionados à temática abordada. Realizando-se a leitura do material conduzida de forma seletiva, assim como elaboração de fichas, ordenamento e análise das mesmas. Utilizando os descritores: formação em Psicologia, compromisso social e Saúde Pública.

A revisão bibliográfica proporciona uma visão abrangente de pesquisas e contribuições anteriores a respeito da temática estudada, conduzindo o estudo ao ponto

imperioso para investigações futuras e o desenvolvimento de estudos posteriores. Santos ressalta que o estudo bibliográfico consiste numa etapa do processo da pesquisa acadêmica que evidencia o reconhecimento do aspecto acumulativo do conhecimento científico produzido acerca do assunto pesquisado, todavia, a autora afirma que revisar não significa apenas retomar discursos de outros pesquisadores e estudiosos, e sim interagir com os mesmos, por meio de análise e categorização, ilustrando a relevância da pesquisa realizada. (Santos, 2012).

O estudo bibliográfico possibilita que se reporte e se avalie o conhecimento produzido em estudos e pesquisas prévias, destacando-se conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes para o estudo, no entanto, desenvolver uma revisão não consiste numa tarefa fácil, sendo necessária uma leitura aprofundada e intensa dos textos utilizados como referência (Santos, 2006).

A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO E AS SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Segundo Bock (2001, p.31) “a Psicologia vem se desenvolvendo na história como área da ciência, desde 1875, quando Wilhelm Wundt (1832-1926) criou o primeiro Laboratório de Experimentos em Psicofisiologia, em Leipzig, na Alemanha”. Com bases em suas pesquisas, a autora ressalta que esse fato histórico enunciado, traduziu uma ruptura das concepções psicológicas das contemplativas e espiritualistas, que defendiam a idéia da existência de uma alma nos homens, partindo desse viés, o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência centralizou-se no fortalecimento de seu vínculo com os princípios e métodos científicos, adotando uma visão de homem autônomo e o único responsável por seu desenvolvimento e vida.

Na busca de definição da Psicologia enquanto ciência e sobre seu objeto de estudo, Todorov (2007) a descreve como o “estudo da vida mental, o que quer que venha a ser vida mental”, no entanto, outros mais preocupados com o significado e as implicações dos termos incluídos em uma definição, afirmam que a Psicologia é uma ciência que se desenvolve na constante busca por conhecimento a respeito do comportamento. Por sua vez, Mello apud Yamamoto (2012) afirma que “A Psicologia é uma autêntica ciência e não uma técnica para solucionar os problemas íntimos dos privilegiados.” Conforme o autor, os objetivos em que a Psicologia se propõe devem ser estendidos ao maior número de pessoas e limitá-la a alguns

como habitualmente tem acontecido, seria desvalorizá-la como um instrumento de modificação social.

De acordo com Bock (1997) a devida compreensão do indivíduo tornou-se um dos grandes objetivos da Psicologia, no qual ressalta que a devida compreensão deste, só pode ser realmente alcançada, na busca de entendê-lo em sua singularidade, a partir de sua inserção na totalidade social e histórica que o determina e lhe dá sentido, partindo desse viés, o objeto da Psicologia seria o homem concreto.

Segundo Mancebo et. al Massimi (1990) “desde o início do século passado, os métodos e técnicas psicológicas já eram exercidas no país, e dentre estas o ensino de Psicologia.” Os cursos eram ministrados em diversas áreas do conhecimento: Teologia, Direito, Medicina, Pedagogia e Filosofia, e com o perfil fragmentado e compactado com outros saberes que a formação na área e a estruturação das concepções psicológicas eram constituídas. O primeiro diploma legal específico sobre o curso de formação de psicólogos ocorreu em agosto de 1962, seguido pelo ato do Conselho Federal de Educação que, através do parecer nº 43 de 162, determinou o currículo mínimo e a duração do curso de Psicologia, com vigência determinada para o ano seguinte. (Mancebo, 2007).

Conforme Paulin e Luzio apud Dimenstein (1998) “o psicólogo, dentro de suas especificidades profissionais, atua no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano.” Os autores ressaltam que o psicólogo dentro de seu leque de atribuições trabalha num objetivo comum, que consiste em favorecer uma melhor qualidade de vida do ser humano dentro de suas responsabilidades conferidas.

Segundo Holanda (1997) “a interface do exercício profissional do psicólogo como de outros profissionais, vem crescendo sobremaneira nos últimos anos, como pode ser facilmente comprovado pela literatura do Conselho Federal de Psicologia. ” com base em estudos, o autor destaca que o campo de atuação do psicólogo permanece sem uma definição precisa e atribui parcialmente essa condição a uma complexidade epistemológica, que estendeu os âmbitos de atuação da Psicologia e os diversificou, portanto, cabe a essa se enlaçar num diálogo inter e transdisciplinar com outras categorias, visto que a mesma tem se introduzido em espaços que historicamente sempre pertenceram a outras áreas.

Fazendo menção a história da Psicologia e do compromisso social atualmente almejado por essa, Bock (2003, p.16) refere:

A história da Psicologia, no Brasil, tem sido marcada pelo compromisso com os interesses das elites e tem se constituído como uma ciência e uma profissão para o controle, a categorização e a diferenciação. As contribuições da Psicologia são mínimas para a transformação das condições de vida, tão desiguais em nosso país. Contudo, esse compromisso firmado com os interesses das elites brasileiras, no qual, serviu ora para o controle, ora para higienizar, ora para diferenciar e categorizar possibilitou uma história da Psicologia, em que essa, a partir de então, foi se constituindo como uma profissão reconhecida.

Os psicólogos durante a década de 80 se depararam com novos desafios, uma mínima abertura, contudo, significativa no mercado de trabalho do serviço público os colocou em grandes embates profissionais, assim como também as instituições. Essa inserção exigiu uma reinvenção da Psicologia, para que esta pudesse contribuir e atender às necessidades da população, uma população que estava desabituada a trabalhar. Esse foi o início de um período em que os psicólogos passaram a refletir e se indagar sobre a relação de seu exercício profissional e do próprio fenômeno psicológico com a realidade social. (Bock, 1999).

Conforme o CREPOP (2011 p.9):

Historicamente, a atuação dos psicólogos estava restrita à uma Psicologia aplicada, reduzida a consultórios particulares, escolas e empresas, cujo acesso estava restrito àqueles que dispunham de recursos para custear o seu trabalho. Contudo, a atuação dos psicólogos em questões sociais propôs um paradigma ao seu trabalho “identificando claramente o papel do psicólogo na realidade brasileira”, no qual, tornou-se um dos fatores que contribuíram para o surgimento do conceito de compromisso social da Psicologia, isto é, uma prática envolvida com a realidade social do país.

A identidade profissional do psicólogo passou a ser questionada, exigindo dessa um percurso unificado a metamorfoses, adaptações e readaptações para que o psicólogo possua as ferramentas necessárias para atender a demanda que se apresenta. Movimentos de mudança que acompanhe a realidade e as questões sociais, assim como o exercício do compromisso social também se tornaram alvo de exigências a categoria. Tal questão oportuna que o psicólogo adote uma concepção de homem como um ser transformado e transformador da sua realidade histórica, social, econômica e política, influenciado não somente por uma movimentação interna, mas também por um movimento externo, que se dá no contexto social que está inserido, rompendo com o modelo de atuação pautado numa visão fragmentada e a-histórica do indivíduo.

A concepção de sujeito como o único responsável e que tem a capacidade de determinar o seu próprio desenvolvimento tornou-se uma das idealizações da Psicologia, no entanto, essa concepção isola o sujeito e sua subjetividade do mundo social e isenta as instituições sociais e modos de produção da sobrevivência da responsabilidade pelos sofrimentos psicológicos. Poucas são as manifestações da categoria contra as desigualdades sociais, raríssimas são as lutas envolvendo questões sociais e uma grande porcentagem de profissionais baseie sua prática na concepção de que as questões sociais não possuem nenhuma relação com a com o objeto de intervenção e estudo da Psicologia, ou seja, o próprio homem. (Bock, 2003 p.27).

Ao se discutir sobre o compromisso social do psicólogo, assim como a responsabilidade que este assume perante a sociedade, autoriza uma nova análise e problematização do seu período de formação e de todo suporte teórico e técnico repassado pelas instituições de ensino, que em sua maioria enaltece e reproduz um modelo clínico e elitista e embora tenham ocorrido atualizações nas grades curriculares, o efeito transformador tem sido lento. A realidade atual exige do psicólogo uma flexibilização de suas práticas e uma menor naturalização dos fenômenos psicológicos, tornando-se imprescindível que o profissional reconheça e declare seu papel transformador, tornando-se útil e necessário a população carente de seus serviços.

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA Á LUZ DOS PROJETOS POLITICOS PEDAGÓGICOS

A disciplina de Psicologia foi inicialmente ministrada em território nacional por volta de 1960, no entanto, sua intervenção estava limitada as dificuldades educacionais. Não obstante a isso, um rápido desenvolvimento sócio-econômico-cultural e mudanças emergentes passaram a ocorrer exigindo da prática psicológica uma inovação de seus padrões de respostas e de seus modelos de compreensão da realidade. Franco da Rocha e Durval Marcondes tornaram-se pioneiros a dedicarem-se ao desenvolvimento de tratamentos aos doentes mentais e gradativamente a Psicologia foi se estabelecendo enquanto ciência e profissão, concedendo-se o mérito aos estudiosos, que compartilharam seus conhecimentos e de modo não institucionalizado formaram outros profissionais da área psi (Romero, 2009 p.27).

Segundo Romero (2009 p.27):

Em 1945 foi fundada a Sociedade de Psicologia de São Paulo, por Klintanenberg e Annita Cabral, promovendo reuniões científicas, conferências, cursos de extensão, seminários... apesar de em 1954 ter sido fundada a Associação Brasileira de Psicólogos (ABP) que representou o Brasil na *International Union of Scientific Psychology*, apenas em novembro de 1953 foi enviada a primeira proposta para a criação do Curso de Psicologia no Brasil. A Lei estadual 3.862 de 28/05/1957 regulamentou o curso, tendo seu início em 1958, na Universidade de São Paulo. A primeira turma formou-se em 1960, no Rio de Janeiro. Os professores oriundos de outros países, nem sempre compreendendo e trazendo alternativas para os nossos problemas sociais.

A Lei 4.119 de 27/08/1962, regulamentada pelo Decreto 53.464, de 21/01/1964, estabeleceu a formalização da Psicologia como profissão, dispondo sobre a regulamentação da profissão de psicólogo e a estruturação dos cursos de formação em Psicologia. A execução de determinadas funções como por ex: diagnóstico psicológico, orientação e seleção pessoal, orientação psicopedagógica, solução de problemas, ajustamentos e colaboração em assuntos psicológicos ligados as outras ciências, foram estabelecidas como específicas do psicólogo (Romero, 2009 p. 28).

De acordo com Carvalho e Yamamoto (2002) “n Psicologia é uma profissão recentemente regulamentada no Brasil, sendo que a prática psicológica remonta a década de vinte, contudo, a regulamentação somente ocorreria com a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, quando foi criada a profissão de psicólogo.” Segundo Paulin e Luzio (2009) “na década de setenta, com um intervalo com relação à lei, cria-se o Conselho Federal (CFP), pela Lei 5.766 de 1971, e regulamentada em 1977 com o Decreto 79.822.” os autores alegam que após a regulamentação da Lei os cursos de Psicologia se expandiram assim como a elaboração do currículo mínimo e portanto, a adoção de um Código de Ética que tem como objetivo controlar a atuação profissional do psicólogo e definir seu território de ação.

O Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei no 5.766, de 20 de dezembro de 1971; aprovou o 1º Código de Ética do profissional de Psicologia (1975), logo após o segundo (1979), terceiro (1987) e o quarto (2005) no qual entrou em vigor em 27/08/2005, que estabelece como finalidade majoritária do Código de Ética profissional a busca pela constituição e estabelecimento de padrões esperados quanto às práticas referenciadas pela sociedade e a respectiva categoria profissional, assim como despertar no profissional uma reflexão crítica acerca da sua práxis, responsabilizando-o pessoal e coletivamente por suas ações e os seus resultados obtidos durante seu exercício profissional. (Código de ética, 2005).

De acordo com Romaro (2009, p.13) “o atual Código de ética profissional do psicólogo reflete a importância e o reconhecimento do papel social do psicólogo ao longo de décadas, sua inserção à comunidade e sua transparência para lidar com pontos delicados como os dilemas éticos.” Conforme citado pelo autor, o atual Código de ética do psicólogo consiste no reflexo do papel social e da importância do psicólogo na sociedade. A existência e a permanência de um Código profissional oferecem elementos teóricos e técnicos para que o profissional possa lidar com dilemas originados no seu exercício profissional.

O Conselho Federal como órgão máximo de legitimação e legislação da categoria profissional, no que se refere às suas atribuições defende que “competem” ao Conselho Federal: orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo, emitir as resoluções imperiosas ao cumprimento das leis vigentes, assim como, das atribuições posteriores que possam exercer alguma mudança na competência profissional do psicólogo, portanto, definindo legalmente, a competência do exercício profissional assim como seu limite, tendo como base os cursos realizados ou especializações profissionais institucionalmente reconhecidas. (Holanda, 1997).

O CFP (2013, p.15;16;160) ao analisar de forma eminente os desarranjos ético-políticos a cerca da formação do psicólogo e do seu exercício profissional, reporta algumas questões, tais como:

- A permanência do abismo entre a teoria e prática do psicólogo, sucinta em práticas alienadas e cristalização de teorias repassadas durante a sua formação, fortalecido na ausência de discussões políticas a cerca da realidade social de seu trabalho.
- Saber a quem e para que a Psicologia serve no Brasil é uma questão que deveria ser trabalhada desde a formação do psicólogo, buscando-se valorizar a dimensão ético-político da Psicologia.
- As mudanças na Academia e no campo profissional têm ocorrido de forma lenta e gradual, entretanto, exigem respeito e compreensão às contribuições dos envolvidos nesse processo.

- O alcance de avanços na dialética mudança-manutenção só é possível através de diálogos e discussões políticas que abordem a realidade social, abordando-se quem faz parte dessa realidade e o que demandam.
- Identificar à direção ético-política das práticas psicológicas conciliadas à preocupação em atender as exigências individuais e coletivas, têm atravessado os níveis de formação (graduação e pós graduação) do psicólogo.
- O Sistema Conselhos de Psicologia exerce papel decisivo na constituição das Diretrizes curriculares, que desde o final de 1980, se propuseram a estabelecer e manter um diálogo entre a Psicologia e a realidade, no entanto, a situação atual é notavelmente contraditória.
- Embora as Instituições de Ensino superior e Pós graduação tenham realizados adaptações em seus projetos político-pedagógico, nas salas de aula ainda permanecem num discurso distante da realidade social, produzindo práticas descontextualizadas na transposição do modelo clínico a outros âmbitos de atuação do psicólogo.

Conforme Jimenez (2011) na década de 1980, enquanto ocorria uma combinação de reivindicações e propostas relevantes no âmbito da saúde, houve a necessidade da contribuição dos conhecimentos psicológicos nos serviços públicos e nessa margem histórica de seu percurso que de forma lenta e gradual a ciência psicológica se introduziu na atenção básica dos serviços públicos. Paulin e Luzio (2009) corroboram, ao afirmar que o Brasil durante as décadas de 1970 e 1980 serviu de cenário para manifestações e movimentos reivindicatórios que cobravam mudanças na situação política e social do período emergente, dentre esses, os autores ressaltam o Movimento Sanitário, onde se contestava o modelo predominante de atenção a saúde, com o objetivo de se obter mudanças nas políticas e práticas de saúde vigente no país, permitindo um acesso afetivo á saúde por parte da população.

De acordo com Paulin e Luzio (2009):

A Saúde Pública é uma área que emprega muitos profissionais de Psicologia, no Brasil. Estes são distribuídos e atuam em instituições de saúde mental, Unidades Básicas de Saúde e hospitais. [...] Com esse novo programa de saúde, passou-se a valorizar a transdisciplinaridade, ou seja, a atuação em equipes multiprofissionais.

Com isso a Psicologia ganhou um novo campo de atuação. No entanto, apesar de a saúde pública abranger um percentual considerável de psicólogos observa-se uma grande dificuldade de atuação nessa área, em virtude da falta de conhecimento sobre o SUS e do uso limitado de técnicas, como consequência de uma formação inadequada que não prepara esse profissional para esse trabalho.

Foi enquanto o modelo médico privatista-assistencial até então estabelecido encontrava-se em decadência, que ocorreu a inclusão do psicólogo no setor público de saúde, em que se almejava desenvolver redes de serviços alternativos aos hospitais psiquiátricos, eficazes e de menor custo. Os órgãos públicos começaram a despertar interesse pelos serviços psicológicos devido à contestação do quadro assistencial tradicional, em que, concluiu que as mudanças no quadro atual não poderiam ser realizadas através de intervenções médicas e psiquiátricas, necessitando-se de grupos multiprofissionais que atendessem a demanda, além dessa nova política de saúde pública, o modelo clínico demonstrou não oferecer significado social, motivando uma reformulação das práticas psicológicas, que exercessem alguma relevância social. (Carvalho e Yamamoto, 2002)

A transposição do modelo clínico sem uma devida contextualização tem sido alvo de vários estudos, que objetivam analisar a respeito da temática que sustenta a caracterização da atuação do psicólogo no contexto da atenção primária no Brasil, em que descrevem que essa transposição do modelo clínico, favorece uma atuação profissional que não supre as demandas da saúde coletiva. Não obstante, os psicólogos são desafiados a um redimensionamento de suas práticas e defendem a necessidade de complementação e reformulação do seu processo de formação, no sentido de uma efetiva flexibilização das tecnologias para o desenvolvimento de técnicas e métodos psicológicos condizentes com a realidade social, permitindo que esse disponha de ferramentas para exercer sua prática em uma realidade desafiadora e complexa (Boing e Crepaldi et. al Franco e Mota, 2003).

O psicólogo ao exercer sua prática nas instituições públicas de saúde se deparou com um tipo de demanda no qual difere da que está habituado a atender na clínica privada, essa nova demanda originalmente é representada pela população de baixa renda, que grande parte das vezes vai a busca dos serviços psicológicos por encaminhamento de outra instituição ou profissional da área de saúde, esta clientela carrega expectativas distintas da que procura por atendimento psicológico no consultório privado. O comportamento da clientela diferir do que é esperado, tornou-se uma das dificuldades encontradas por psicólogos que se propuseram a atuar no âmbito público, todavia, essa mudança de clientela e de demanda não representariam em entraves para o psicólogo se este não esbarrasse em limitações teóricas e

técnicas específicas de sua formação, que embasam seu modelo de atuação, sua identidade e cultura profissional (Dimenstein, 2000).

O profissional de Psicologia está cada vez mais ampliando seu campo de atuação, e conquistando seu espaço nas Unidades Públicas de Saúde, essa nova realidade que está gradativamente fazendo parte do seu exercício do profissional, exigindo-o uma desnaturalização e reformulação de suas práticas e saberes, entretanto, a categoria ainda permanece aprisionada a um modelo clínico, elitizado e individualista, enraizado na gênese da Psicologia, que constantemente é reproduzido nas Instituições de Ensino Superior e nos cursos de especializações, deste modo, é desafiado a superar tal modelo, reformulando e flexibilizando suas práticas adotadas o alcance da verdadeira necessidade da população.

De acordo com Paulin e Luzio (2009) “A Saúde Pública é um campo que exige novas metodologias de seus profissionais, isto não exclui a Psicologia.” Os autores afirmam, que para o psicólogo da rede pública venha obter no seu exercício profissional embasamento em práticas consistentes, se faz fundamental que supere o modelo tradicional de clínica, ajustando e inovando práticas coerentes com o contexto em que os indivíduos estão inseridos, assim como, reformulando e contextualizando sua postura profissional, além de incorporar outros saberes aos seus, para complementar o cuidado a saúde, por conseguinte, cabe ao profissional da área de Psicologia reexaminar seu modelo de atuação e conceder um novo dimensionamento de seu o papel no campo da Saúde pública.

Dimenstein (1998) a respeito da atuação profissional do psicólogo no contexto público e suas implicações ressaltam alguns pontos, tais como:

- A reflexão a respeito da inserção do psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde não consiste numa tarefa simples, tanto pelo curto tempo de sua inserção, assim como, o número de profissionais atuantes na área ainda ser considerado relativamente pequeno e por inexistirem pesquisas sistemáticas a respeito dessa temática.
- Uma conjunção de fatores influenciou para a entrada dos psicólogos nas UBS, os marcos históricos e as influências ocorreram de forma distinta em cada localidade do país, consistindo em particularidades no atendimento psicológico a população.
- Tanto a inadequação do processo de formação acadêmica quanto à adoção de um modelo limitado que serve de sustentação para sua atuação profissional exercem grande

- Influência nas dificuldades deparadas pelos profissionais de Psicologia inseridos no contexto público.
- A gênese do impasse em que o psicólogo que atua no contexto público se depara, não deve ser abreviada ao fato da clientela diferir do qual está habituado a trabalhar, nem mesmo a estrutura e organização dos serviços públicos, pois estes não atingem o cerne da questão.
- A transposição pura e simples do modelo hegemônico de atuação clínica do psicólogo para o setor público, sucinta práticas inadequadas e descontextualizadas, em que a utilização de técnicas psicoterápicas é considerada como único instrumento de trabalho do psicólogo.
- O cenário público e suas complexidades exigem por parte do psicólogo uma reformulação de suas práticas, que evidencie uma postura profissional coerente com as necessidades e características da população, atingindo-se uma prática que vá além da tradicionalmente aprendida durante seu processo de formação.

A formação de profissionais apolíticos por muito tempo foi reproduzida pelos cursos de Psicologia, todavia, a necessidade de profissionais críticos, ativos e com uma concepção política mostraram-se fundamentais. Boing e Crepaldi et.al Bovidés (2005) suscitam a seguinte indagação: “De fato, quantos cursos de Psicologia têm a questão das políticas públicas como eixo articulador? Quantos têm ao menos disciplinas que abordam as reformas sanitárias e psiquiátricas? ” Conforme os autores, a atuação do psicólogo enseja também desse, o desenvolvimento de uma posição ética e política, em que este se perceba como parte integrante das políticas públicas e sociais.

A formação acadêmica do psicólogo e suas especializações em sua maioria, são pautadas preeminente dentro de uma proposta de clínica tradicional, engessada numa formação clássica, dificultando o psicólogo dispor de ferramentas teóricas, técnicas e críticas para atuar de forma ampliada no SUS. A Psicologia por muito tempo, têm se restringido somente para atendimentos individuais em consultórios particulares, onde suas intervenções são em longo prazo e de custo elevado, restringindo sua prática às classes mais favorecidas, implicando numa padronização de seus instrumentos, métodos e técnicas de atuação. (Paulin e Luzio, 2009).

Com base em seus estudos, Batomé (2010 p.192) afirma que o currículo profissional do psicólogo não o prepara adequadamente para uma atuação contextualizada no “complexo” cenário da rede pública, posto que esse originalmente têm restringido seus serviços àqueles que menos necessitam de seus serviços, deste modo, a superação de um modelo de atuação individualista e elitista reside em grande parte da ocorrência de grande parte dos profissionais da área ainda possuir dificuldade em conhecer e reconhecer a realidade do país em que vive. Os psicólogos permanecem limitados a atividades próximas das acadêmicas, tais como, situações de testes, laboratórios, salas de clínica que diferem significadamente das questões sociais preeminentes da realidade brasileira. O autor enfatiza a importância e a necessidade do manejo de práticas psicológicas que justifiquem a existência da profissão de psicólogo em qualquer instância de sua constituição.

Embora o psicólogo tenha conquistado novos cenários de atuação, sua atuação muitas vezes se dá de forma descontextualizada, fragmentada, desprovida de uma problematização prévia, deste modo, se faz fundamental que este profissional se remeta ao seu período de formação, local esse em que muitas vezes as ferramentas teóricas fornecidas divergem da realidade social da população. A atuação profissional psicólogo deve estar além do que foi estudado e discutido em salas de aula, seu desempenho profissional precisa caminhar na mesma proporção das condições sociais da população assistida.

Algumas indagações precisam fazer parte do percurso profissional do psicólogo e do estudante que pretende exercer a prática psicológica, tais como: A quem o psicólogo servirá de fato? O estudante de Psicologia está realmente preparado para atender a população em geral? Suas práticas perpetuarão o modelo clínico tradicional? Sua atuação está realmente adequada e preparada para atender a demanda da população? Tais perguntas possibilitam a reflexão a respeito do que foi estudado, discutido e aprendido durante os seus cinco anos de formação. O levantamento de questões, como: Será que esses profissionais serão só mais um número de psicólogos embasados em práticas desatualizadas, rendidos a uma rotina de trabalho e a um descompromisso social? Qual a influência e que importância essa categoria pretende assumir na vida dessa população? Tais questões são fruto da problematização realizada a respeito dos desencontros e assimetrias que ainda permeiam entre a formação e atuação do psicólogo.

O estudante de Psicologia e o profissional da área são exigidos a romper com a perpetuação do papel de reprodutor de conhecimento para então assumir o de agente de

transformação, em que deverá analisar repensar, julgar, produzir e inovar seu embasamento teórico e prático, formulando novas práticas na constituição de sua atuação profissional, para que assim consiga fazer diferença e finalmente obter recursos para definir seu papel no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou-se contribuir com a ampliação da compreensão a respeito do processo de formação acadêmica do psicólogo e suas especializações, discorrendo sobre os descompassos ainda existentes entre suas formações e sua atuação profissional na saúde pública, partindo-se de uma análise crítica e reflexiva sobre o modelo de atuação regente, que serve de embasamento para tal atuação, a descontextualização do ensino das Instituições de ensino, que perpetuam um modelo elitista e ultrapassado, que conseqüentemente não alcança a população em geral.

A realidade social atual exige uma Psicologia que atue de modo que atenda as exigências da Saúde Pública, portanto, se faz indispensável que o psicólogo faça um redimensionamento de suas práticas e rompa com o modelo de atuação que dispõe de uma visão simplista, superficial e fragmentada do indivíduo. Entretanto, muitas dificuldades ainda permeiam a atuação profissional do psicólogo e esses impasses residem em várias conjunturas, que vai desde o nascimento da Psicologia enquanto ciência, em que o seu exercício profissional restringia-se uma minoria da população que dispunha de recursos financeiros para custear-la até a atualidade, repassando um modelo de atuação prevalente nos cursos de formação do psicólogo, que reproduzem um modelo clínico, individual e elitista que alcança somente uma parcela da população.

Os cursos da área da saúde passaram por várias atualizações e readaptações de suas grades curriculares, a fim de atender as exigências do mercado de trabalho aliado as necessidades da população, no entanto, o psicólogo ainda permanece distante de uma performance profissional que atenda as exigências sociais, em que embora tenha se inserido no contexto público, depara-se com dificuldades para definir ao seu papel e sua função nesse cenário, deslizando-se numa psicologização dos problemas sociais, fragmentando e patologizando o indivíduo por não dispor suficientemente de embasamentos que favoreçam uma atuação adequada e ajustada para atender as demandas sociais.

O contexto público atual enseja uma reflexão crítica a respeito da identidade profissional do psicólogo, assim como das instituições de ensino responsáveis por sua

formação, que na grande maioria, geram psicólogos que dispõem de um arsenal teórico e técnico inadequado para uma atuação no serviço público, tornando-o inabilitado para atender a população em geral, essa falta de congruência entre a teoria e prática é produto tanto do consenso nas escolhas das disciplinas que são oferecidas durante a graduação e pós graduação indo até uma falta de problematização de suas práticas por conta do profissional, perpetuando uma prática descompromissada com a sociedade, isentando-o de seu papel transformador.

Os estudos a respeito da problemática apresentada não são recentes, muitos autores se propuseram a investigar e estudar a respeito, com o objetivo de propor alternativas que modifiquem a condição atual dos cursos de Psicologia, no entanto, dentre esses estudos constata-se que essa condição de ciência elitizada está enraizada na própria constituição da Psicologia enquanto ciência e profissão e esta sempre teve presa a algumas dicotomias que até a atualidade a acompanham no seu exercício profissional, Segundo Bock (1999) “a Psicologia em seu desenvolvimento esteve sempre presa a uma dicotomia entre objetividade e subjetividade, entre interno e externo, natural e histórico, objeto e sujeito, razão e emoção....”, como descrito pela autora, a Psicologia constantemente é desafiada a superar questões que acompanham desde o seu nascimento, todas essas problemáticas enraizadas desde sua gênese corroboram para uma indevida compreensão do indivíduo.

Os psicólogos como profissionais da vida e agentes de mudança precisam ir além dos enquadres clássicos e naturalizantes proclamado nos cursos de graduação e pós graduação, saindo de sua zona de conforto, buscando arranjos que possibilitem uma atuação embasada em referenciais que atendam as condições sociais atuais, o que demanda a população, portanto, revendo seu modelo de atuação e romper com padrões pré estabelecidos na ciência que inviabilizam sua técnica e descontextualizam sua prática, dessa forma, minimizando a distância existente entre sua prática e as necessidades da população.

Os impasses entre suas formações e atuação existem e ainda são muitos, portanto, cabe aos profissionais de Psicologia e as Instituições de ensino problematizarem os modelos de atuação repassados e adotados, assim como buscarem a contextualização de suas teorias com as questões sociais, romper com uma visão dicotômica do indivíduo e superar a prevalência do modelo clínico adotado em contextos públicos, fragmentando sua prática e tornando-a apática no contexto social. A Psicologia possui papel transformador, no entanto, para que seu papel passe a existir fora do âmbito clínico, as Instituições de Ensino e profissionais da área precisam se desprender de modelos ultrapassados em que desvalorizam os fenômenos sociais e desconsideram a singularidade do indivíduo.

REFERÊNCIAS

- BATOMÉ, S. P. A quem nós psicólogos serviremos de fato?.in YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. Escritos Sobre a Profissão de Psicólogo no Brasil. EDUFRRN – Editora da UFRN: Natal, 2010.
- BOARINI, M.L. A formação do psicólogo. **Psicologia em Estudo**. Vol. 12 No. 2. Maringá, 2007.
- BOCK, A.M.B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**. Vol.4. No. 2. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Natal, 1999.
- BOCK, A. M. B. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol. 17. No. 2. Brasília,1997.
- BOCK, A. M. B. Psicologia e Compromisso Social. Editora Cortez: São Paulo, 2003.
- BOCK, A. M.B, TEIXEIRA.M. L.T, FURTADO. O. Psicologias: Uma Introdução ao estudo da Psicologia. 13ª Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2001.
- BOING, E. e CREPALDI, A. M. O Psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol. 30. No. 3. Universidade Federal de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Florianópolis. Brasília, 2010.
- CARVALHO, D. B. e YAMAMOTO, O.H. Psicologia e Políticas Públicas de Saúde: anotações para uma análise da experiência. **Psicologia para a América Latina**. Vol. 0. Universidade Luterana do Brasil, Manaus-Amazonas e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. México, 2002.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/codigoetica>>. Acesso em: 01/10/13.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da (o) psicóloga (o). 1ª Edição. Brasília-DF, 2013.
- CREPOP, Senhoras e senhores gestores da Saúde, como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS. 1ª Edição. Brasília-DF, 2011
- DIMENSTEIN, M. A Cultura Profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**. Vol. 5. No. 1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2000.
- DIMENSTEIN, M.D.B. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**. Vol. 6. No.2. Universidade Estadual de Maringá, 2001.
- DIMENSTEIN, M.D.B. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos de Psicologia**. Vol. 3 No1. Fundação Municipal de Saúde de Teresina. Natal, 1998.
- FRANCO, A. e MOTA.E. Distribuição e atuação do psicólogo na rede de Unidades Públicas de Saúde no Brasil. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Vol. 23 No.3. Brasília, 2003.

- HOLANDA, A. Os conselhos de Psicologia, a formação e o exercício profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol. 17. No. 1, Brasília, 1997.
- JIMENEZ, L. Psicologia na Atenção Básica à Saúde: demanda, território e integralidade. **Psicologia e Sociedade**. Vol. 23 No. spe. Universidade Bandeirante de São Paulo. Florianópolis, 2011.
- MANCIBO, D. Formação do Psicólogo: Uma breve análise dos modelos de intervenção. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol. 17 No. 1. Brasília, 1997.
- NETO, J.L.F. A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. **Psicologia: ciência e profissão**. Vol. 30. No.2. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Brasília, 2010.
- PAULIN, T. e LUZIO, C. A. A Psicologia na Saúde Pública: desafios para a atuação e formação profissional. **Revista de Psicologia da UNESP**. Vol 8. No 2. Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Assis e Hospital Santa Marcelina, 2009.
- ROMARO, R. A Ética na Psicologia. Editora Vozes, 3ª. Edição. Petrópolis: 2009.
- SANTOS, L.F.A.D. Apostila Metodologia da Pesquisa Científica II. Itapeva, 2006. Disponível em: http://www.metodista.br/itapeva/teia/leitura/materialdidatico/apostila_metologia_ii.doc. Acessado em: 01/11/2013.
- SANTOS, V. O que é e como fazer “Revisão de Literatura” na pesquisa Teológica. Disponível: http://mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/Fides_Reformata/17/17_1artigo6.pdf. Acessado em 30/09/213.
- TODOROV, J. C. A Psicologia como Estudo de Interações. **Psicologia Teoria e Pesquisa**. Vol.23. Universidade de Brasília, 2007.
- YAMAMOTO, O. H. 50 Anos De Profissão: Responsabilidade Social ou projeto ético Político? **Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol. 32. No. spe. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília, 2012.